

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 08/02/2023 | Edição: 28 | Seção: 1 | Página: 75

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete da Ministra

PORTARIA GM/MS Nº 96, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2023

Estabelece os parâmetros para a definição do auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, decorrentes da transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018, nos termos da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os parâmetros para a definição do auxílio financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o Sistema Único de Saúde - SUS, decorrentes da transposição e transferência dos saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores a 2018, nos termos da Lei Complementar nº 197, de 6 de dezembro de 2022.

§ 1º Os saldos financeiros nas contas abertas antes de 1º de janeiro de 2018 encontram-se divulgados no painel do Fundo Nacional de Saúde, no seguinte endereço eletrônico: https://painelms.saude.gov.br/extensions/Portal_Saldos/Portal_Saldos.html.

§ 2º Os saldos financeiros transpostos ou transferidos na forma desta Portaria serão aplicados para o custeio de serviços prestados por entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o SUS, quando houver, até o limite de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

§ 3º Após atendido ao disposto no § 2º, os recursos transpostos ou transferidos poderão ser aplicados para outras finalidades, em ações e serviços públicos de saúde, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, observados os seguintes requisitos:

I - cumprimento dos objetos e compromissos pactuados e/ou estabelecidos entre o gestor municipal e estadual de saúde e as entidades privadas sem fins lucrativos, considerando os atos normativos específicos expedidos pela direção do SUS em sua respectiva esfera de competência;

II - inclusão dos recursos financeiros transpostos ou transferidos na Programação Anual de Saúde e na respectiva Lei Orçamentária Anual, com indicação da nova categoria econômica a ser vinculada; e

III - ciência ao respectivo Conselho de Saúde.

Art. 2º O auxílio financeiro de que trata o § 2º do art. 1º desta Portaria é composto por:

I - saldos financeiros apurados em contas abertas antes de 1º de janeiro de 2018; e

II - eventuais transferências de incumbência do Ministério da Saúde, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 197, de 2022.

Art. 3º O repasse dos recursos às entidades beneficiadas independe de eventual existência de débitos ou da situação de adimplência em relação a tributos e contribuições, excetuados os débitos referentes ao sistema de seguridade social de que trata o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A existência de débitos com o sistema da seguridade social de que trata o caput deve ser observada pelos gestores estaduais, distrital e municipais previamente à transferência dos recursos financeiros às entidades.

Art. 4º Fica divulgada a lista das entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o SUS preliminarmente classificadas como candidatas ao recebimento do auxílio financeiro, segundo gestão, nos termos do Anexo desta Portaria, com:

I - a identificação da razão social e do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; e

II - o valor máximo a ser recebido por cada entidade filantrópica.

§ 1º A lista constante do Anexo considerou as entidades privadas sem fins lucrativos:

I - sob gestão de entes federados registradas como "ativas" no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES na competência de dezembro/2022; e

II - com produção registrada nas bases de dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares - SIA-SIH/SUS no período de 2019 a 2021.

§ 2º A listagem não considera a existência de saldos financeiros nas contas abertas antes de 1º de janeiro de 2018 e a inexistência de contrato com as secretarias estaduais ou municipais.

§ 3º A definição do valor máximo a ser recebido por cada entidade filantrópica considera a proporção da produção total das entidades registradas nas bases de dados dos SIH-SIA/SUS, no período de 2019 a 2021, em relação ao montante referido no § 2º do art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O auxílio financeiro referente ao saldo nas contas remanescentes deverá ser repassado às entidades em até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 6º O Ministério da Saúde, no exercício de 2023, fará o repasse da diferença entre os saldos financeiros apurados em contas abertas antes de 1º de janeiro de 2018 e o montante referido no § 2º do art. 1º desta Portaria, observadas as disponibilidades previstas na Lei Orçamentária Anual e seus créditos.

Parágrafo único. Caberá ao titular da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde a atribuição de editar os atos para a operacionalização do repasse de que trata o caput.

Art. 7º Os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal deverão dar ampla publicidade, em seus respectivos sítios eletrônicos, à razão social, aos números de CNES e à inscrição no CNPJ das entidades beneficiadas, bem como aos valores transferidos para cada uma.

Art. 8º O auxílio financeiro tem por finalidade contribuir com a sustentabilidade econômico-financeira das instituições na manutenção dos atendimentos, sem solução de continuidade.

Art. 9º As entidades beneficiadas deverão prestar contas da aplicação dos recursos aos respectivos gestores dos estados, municípios ou Distrito Federal. Parágrafo único. A prestação de contas relativa à aplicação dos recursos recebidos pelas entidades deverá compor o Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo gestor dos estabelecimentos beneficiados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	NOME E RAZAO SOCIAL	CNPJ	GESTAO no CNES (Dez/22)	Valor Máximo	% Perc sob MUI
AC	120040	RIO BRANCO	2002078	HOSPITAL SANTA JULIANA - OBRAS SOCIAIS DA DIOC DE R BRANCO HOSPITAL SANTA JULIANA	00529443000174	ESTADUAL	967.439,79	0,00
AL	270030	ARAPIRACA	2005050	HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA - SOCIEDADE BENEFICENTE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	24177305000131	MUNICIPAL	1.658.039,26	100

SC	421960	XAVANTINA	2666138	HOSPITAL SAO LUCAS - ASSOCIACAO COMUNITARIA HOSPITAL SAO LUCAS	82832361000169	DUPLA	21.229,57	(
SC	421970	XAXIM	2411415	HOSPITAL FREI BRUNO - ASSOCIACAO HOSPITALAR BENEFICENTE FREI BRUNO	01767090000103	ESTADUAL	239.096,03	(
SC	421970	XAXIM	3587770	APAE DE XAXIM - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE XAXIM	78480837000172	MUNICIPAL	50.703,49	1
SE	280020	AQUIDABA	2421488	FUNDACAO MEDICA SANTA CECILIA - FUNDACAO MEDICA SANTA CECILIA	05977636000101	ESTADUAL	95.169,90	(
SE	280030	ARACAJU	0002232	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA IZABEL - ASSOCIACAO ARACAJUANA DE BENEFICENCIA	13025507000141	MUNICIPAL	2.699.889,86	1
SE	280030	ARACAJU	0002275	HOSPITAL SAO JOSE - HOSPITAL SAO JOSE	13016621000105	MUNICIPAL	819.418,69	1
SE	280030	ARACAJU	0002283	HOSPITAL DE CIRURGIA - FUNDACAO DE BENEFICENCIA HOSPITAL DE CIRURGIA	13016332000106	ESTADUAL	4.630.476,26	(
SE	280030	ARACAJU	0003417	FUNDACAO CLIMEDI - FUNDACAO CLIMEDI ASSISTENCIA SOCIAL	13945753000111	MUNICIPAL	152.784,01	1
SE	280030	ARACAJU	3269787	CIRAS - CENTRO DE INTEGRACAO RAI0 DE SOL	03748932000105	MUNICIPAL	30.739,53	1
SE	280030	ARACAJU	3321894	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARACAJU - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARACAJU	13046636000116	MUNICIPAL	8.258,58	1
SE	280130	CAPELA	2745259	HOSPITAL SAO PEDRO DE ALCANTARA - ASSOCIACAO DE CARIDADE DE CAPELA	13911698000149	ESTADUAL	85.498,95	(
SE	280210	ESTANCIA	2423529	HOSPITAL REGIONAL AMPARO DE MARIA - ASSOCIACAO BENEFICENCIA AMPARO DE MARIA	13258637000124	ESTADUAL	571.082,99	(
SE	280290	ITABAIANA	2546027	HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE - HOSPITAL E MATERNIDADE SAO JOSE	13002704000145	MUNICIPAL	446.276,53	1
SE	280300	ITABAIANINHA	2546124	HOSPITAL SAO LUIZ GONZAGA - HOSPITAL SAO LUIZ GONZAGA	13098041000104	MUNICIPAL	43.420,20	1